



Autor
Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues

RENÚNCIA À NACIONALIDADE BRASILEIRA: Direito fundamental à apatridia voluntária

Prefácio
Luís Roberto Barroso

Apresentação
Rui Manuel Gens Moura Ramos

Área específica
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.

Áreas afins
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Público-alvo/consumidores
PESQUISADORES EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO;
PROFISSIONAIS DO DIREITO QUE MILITAM
EM MATÉRIA FEDERAL (NOS TEMAS DE
ESTRANGEIROS, NATURALIZAÇÃO, OPÇÃO DE
NACIONALIDADE E EXTRADIÇÃO).

O presente estudo tem por objetivo investigar tanto o conteúdo do direito de nacionalidade, quanto a proteção que o direito internacional confere àqueles que não ostentam qualquer nacionalidade. Investiga, ainda, sob qual fundamento jurídico seria possível a renúncia, pura e simples, à nacionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, com a colocação voluntária de alguém na condição de apátrida.

Ao assumir como possível tal renúncia, apresenta a fundamentação jurídica que a legitima e demonstra qual a proteção oferecida pelo direito brasileiro e pelo direito internacional a quem se tenha colocado, por vontade própria, na condição de apátrida.

O trabalho ainda explora o direito de nacionalidade, desde a cidadania na Antiguidade Clássica à cidadania global da atualidade, passando pela aligeância do direito medieval e pelos nacionalismos do século XIX. Investiga o futuro do direito de nacionalidade e sua função no mundo contemporâneo.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001605

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

R696r Rodrigues, Paulo Cesar Villela Souto Lopes

Renúncia à nacionalidade brasileira: direito fundamental à apatridia voluntária / Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues. – Belo Horizonte : Fórum, 2019. 258p.; 14,5 cm x 21,5 cm

ISBN: 978-85-450-0673-2

1. Direito Internacional Privado. 2. Direito Internacional Público. 3. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 342.3

CDU: 341.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RODRIGUES, Paulo Cesar Villela Souto Lopes. *Renúncia à nacionalidade brasileira: direito fundamental à apatridia voluntária*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 258p. ISBN 978-85-450-0673-2.

Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues é Doutor e Mestre em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Lecionou Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de Brasília (UnB). Professor do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Juiz Federal convocado no gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso.

PREFÁCIO	
Luís Roberto Barroso	17
APRESENTAÇÃO	
Rui Manuel Gens Moura Ramos	21
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1	
NACIONALIDADE, NAÇÃO E NACIONALISMO.....	51
1.1 O que é ser nacional nos dias de hoje?	51
1.2 Conceitos: alcance.....	55
1.3 O que é uma nação?.....	58
1.4 Nacionalismo.....	61
1.5 A nação, o nacionalismo e a nacionalidade para os internacionalistas	65
1.5.1 A nação e os nacionais para Vattel	65
1.5.2 A nação e o nacionalismo para Mancini.....	72
1.5.3 A origem romana e a nacionalidade para Savigny	76
1.6 Para onde caminha o direito de nacionalidade?	78
CAPÍTULO 2	
A NACIONALIDADE	83
2.1 Direito de nacionalidade: doutrina geral	88
2.1.1 Natureza jurídica e teorias de fundamentação	88
2.1.2 Principais espécies históricas de ligação	89
2.1.3 A posição do direito de nacionalidade no quadro geral do Direito.....	90
2.1.3.1 Direito de nacionalidade como tema de direito internacional privado: posição adotada	90
2.1.3.2 Direito de nacionalidade como tema de direito internacional público.....	100
2.1.3.3 Direito de nacionalidade como tema de direito constitucional ..	101
2.1.3.4 Direito de nacionalidade como tema de direito civil	102
2.1.4 O direito de nacionalidade	103
2.1.4.1 Nacionalidade e cidadania	105
2.1.4.2 Princípios da nacionalidade.....	111
2.1.4.3 A aquisição da nacionalidade	113
2.1.4.4 A perda da nacionalidade	114
2.1.4.5 A prova da nacionalidade	117
2.1.4.6 Apatridia e polipatria.....	117
2.1.4.6.1 Apatridia.....	117
2.1.4.6.2 Polipatria.....	119
2.1.4.7 Subnacionalidade e supranacionalidade.....	121
2.1.4.8 Nacionalidade no direito convencional.....	122
2.1.5 Nacionalidade no direito comparado	125
2.1.5.1 Nacionalidade no direito alemão	125
2.1.5.2 Nacionalidade no direito francês	130
2.1.5.3 Nacionalidade no direito português.....	132
2.1.5.4 Nacionalidade no direito norte-americano.....	134
2.1.6 A renúncia à nacionalidade no direito comparado	138
2.1.6.1 A renúncia à nacionalidade no direito comparado e o direito brasileiro.....	141

CAPÍTULO 3	
A NACIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO	143
3.1 A nacionalidade por atribuição	146
3.1.1 Nacionalidade originária	146
3.1.2 A opção de nacionalidade	153
3.1.3 Nacionalidade por adoção.....	154
3.1.4 Nacionalidade pelo casamento.....	159
3.2 A Nacionalidade Derivada.....	159
3.2.1 Antecedentes históricos	159
3.2.2 Regime.....	161
3.2.3 Requisitos.....	165
3.2.4 Procedimento	167
3.2.5 A radicação precoce.....	171
3.2.6 Os filhos de brasileiros naturalizados	172
3.3 A extradição de brasileiros.....	173
3.4 Obrigações decorrentes da nacionalidade	179
3.5 Perda da nacionalidade brasileira	180
3.5.1 Renúncia à nacionalidade brasileira	186
3.6 Reaquisição da nacionalidade brasileira	189
CAPÍTULO 4	
FUNDAMENTAÇÃO DA RENÚNCIA À NACIONALIDADE BRASILEIRA	193
4.1 Renúncia à nacionalidade como renúncia a direito fundamental	193
4.1.1 Direitos fundamentais.....	193
4.1.2 Nacionalidade como direito fundamental no direito brasileiro .	198
4.1.3 Renúncia a direitos fundamentais.....	198
4.1.4 Renúncia à nacionalidade brasileira como renúncia a direito fundamental	203
4.2 Renúncia à nacionalidade brasileira como proteção à dignidade humana	204
4.2.1 Dignidade humana.....	205
4.2.2 Renúncia à nacionalidade como proteção da dignidade da pessoa humana, entendida como direito de liberdade	207
4.3 Hipóteses de renúncia à nacionalidade no direito brasileiro.....	210
CAPÍTULO 5	
APATRIDIA	213
5.1 Proteção no Direito Internacional	217
5.2 Proteção no direito comparado	221
5.3 Proteção no direito brasileiro.....	222
5.4 Apátrida como estrangeiro.....	225
5.5 Apátrida como direito fundamental a não ostentar qualquer nacionalidade	235
CONCLUSÃO	239
REFERÊNCIAS.....	247